

Quem são os conselheiros dos Tribunais de Contas

Natália Paiva

Juliana Sakai¹

Abril de 2014

Este relatório traz levantamento inédito da Transparência Brasil sobre a vida pregressa de todos os 238 integrantes dos 34 Tribunais de Contas do país:

Tribunal de Contas da União;
26 Tribunais de Contas estaduais e o TC do Distrito Federal;
Quatro TCs “dos municípios”, que existem em Bahia, Ceará, Goiás e Pará;
Dois TCs de capitais estaduais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Para cada integrante dessas cortes de contas levantaram-se informações sobre se o indivíduo é alvo de processos na Justiça e nos próprios TCs – e se foram condenados –, se eram políticos antes de serem alçados à função e se mantêm parentesco com políticos. As informações completas se encontram na Tabela VI, a partir da página 11.

O resultado do levantamento mostra que, de cada dez conselheiros, seis são ex-políticos, dois sofrem processos na Justiça ou nos próprios Tribunais de Contas e 1,5 é parente de algum político local.

Principais órgãos auxiliares do Poder Legislativo na fiscalização dos recursos públicos, os Tribunais de Contas são desenhados para não funcionar. Dois terços dos integrantes são nomeados pelo

Informações ocultas

A opacidade é a regra no que diz respeito à divulgação de informações sobre quem são os conselheiros que formam os colegiados dos tribunais. Informações básicas sobre a biografia dos conselheiros sequer constam em muitos dos sítios oficiais dos tribunais – poucos são os que publicam data de nomeação ou foto, e pouquíssimos divulgam quem indicou (Legislativo ou Executivo). Para a realização deste relatório, foi preciso entrar em contato com assessorias e, quando estas não se dispunham a fornecer a informação, recorreu-se à Lei de Acesso à Informação.

De onze tribunais não obtivemos resposta nem mesmo via LAI – o que demonstra a debilidade da lei no que tange seu cumprimento. Foram eles: TCE-AC, TCE-AL, TCE-AM, TCE-MS, TCE-PR, TCE-RJ, TCE-SC, TCM-RJ, TCM-GO, TCM-PA e TCM-BA.

A Ouvidoria do TCE-RJ exige que, para obter a informação via LAI, o cidadão tenha de ir pessoalmente à sede do tribunal, numa clara afronta à lei federal: “(...) para devida formalização, far-se-á necessária apresentação de seu pedido de acesso de informação, inclusive com assinatura, no protocolo deste Tribunal em sua sede: Praça da República nº 70 – Centro – RJ, bem como subscrição de Termo de Responsabilidade pelo Uso e Divulgação da Informação”.

O TCM-SP, em um primeiro momento, negou-se a fornecer dados sobre a biografia profissional de seus conselheiros, afirmando que se tratava de informações de cunho pessoal. Depois, convidou a Transparência Brasil a se reunir com o presidente do tribunal, para que este decidisse pelo acesso ou não aos currículos dos conselheiros. Após nossa negativa e muita insistência, o tribunal concordou em enviar foto e currículo dos conselheiros – mas com a “instrução” descabida de que os textos fossem publicados na íntegra.

¹ Natália Paiva é coordenadora-geral e Juliana Sakai é pesquisadora-sênior da Transparência Brasil. Direção: Claudio Weber Abramo, diretor-executivo.

Legislativo e um terço pelo Executivo; eles costumam ser indicados justamente para neutralizar o papel fiscalizatório desses órgãos – e, de quebra, para agradecer a correligionários, parentes e aliados.

A forte politização dos Tribunais de Contas é facilitada pela maneira leniente como a Constituição de 1988 trata as pré-qualificações desses agentes (arts. 71-75). As exigências se restringem a aspectos formais (ter entre 35 e 70 anos de idade e dez anos de experiência profissional correlata) e a questões de difícil verificação, como “idoneidade moral”, “reputação ilibada” e “notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública”.

O cargo de conselheiro de Tribunal de Contas é aquinhado com vantagens consideráveis: em geral, o salário é de R\$ 26.500, além de gratificações, auxílio-alimentação, prerrogativa de nomear funcionários comissionados e vitaliciedade no cargo (com aposentadoria compulsória aos 70 anos). No caso específico do TCU, os conselheiros são designados “ministros” e têm o mesmo status dos integrantes do Superior Tribunal de Justiça.

A indicação política é a regra na escolha de conselheiros, o que faz com que as votações nas Assembleias, nas Câmaras e no Congresso sejam jogos de cartas marcadas – em geral tratados com naturalidade pelos políticos.

Entre muitíssimos outros, um caso ilustrativo recente é o da ex-senadora Patricia Saboya (PDT), ex-cunhada do atual governador do Estado, Cid Gomes (PROS), hoje a mais nova conselheira do TCE-CE. Em dezembro de 2013, o nome de Saboya apareceu na Revista *Época* da seguinte maneira: “Depois de um mandato como senadora e outro como deputada estadual, ambos pelo PDT, ela irá para o Tribunal de Contas do Ceará no início do próximo ano. Já está tudo certo para que ela seja indicada para o cargo de conselheira pela Assembleia Legislativa do Estado”.² A Casa apenas votou e aprovou unanimemente o seu nome da, em 27 de fevereiro deste ano.

No Paraná, a indicação do então chefe da Casa Civil do Estado, Durval Amaral (DEM), era dada como certa em 2012. “Apesar do ato oficial na Assembleia Legislativa, oposição, situação e o próprio Durval já dão a escolha como certa”, publicou o jornal paranaense *A Gazeta do Povo*,³ em 3 de maio daquele ano. À reportagem, o então líder do governo na Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), afirmou: “Essa eleição é apenas pró-forma. O regimento estabelece a chance para outros pretendentes, mas ele [Durval] tem unanimidade da Casa”. A votação ocorreu em 22 de maio, e Durval foi eleito unanimemente pelos deputados.

Ainda outro caso recente que bem ilustra como se dão as nomeações desses agentes encarregados de vigiar os demais órgãos públicos foi a indicação de Sidney Beraldo ao TCE-SP. No início de outubro de 2012, várias reportagens no jornal *O Estado de S. Paulo* apontaram a movimentação do governador Geraldo Alckmin (PSDB) junto a seu secretariado para “conquistar os votos necessários na Assembleia Legislativa” em favor da indicação do então chefe de sua Casa Civil. “Os secretários abriram negociações com deputados estaduais do PPS, do PV e do PSB, para tentar reverter o apoio dos parlamentares à indicação do deputado estadual Jorge Caruso, do PMDB”, escreveu-se em texto

² <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/felipe-patury/noticia/2013/12/bpode-fechar-contab-patricia-saboya-vai-pro-tce-do-ceara.html>

³ <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1250546>

publicado em 17/10/2012.⁴ A votação na Assembleia, que aprovou o nome de Beraldo, ocorreu em 13 de novembro daquele ano.

Como a motivação predominante para a ascensão de alguém à função é garantir vida mansa para o governante que o nomeia – tanto no presente quanto, particularmente, no futuro –, verifica-se que 64% dos integrantes de Tribunais de Contas tiveram atividade política. A Tabela I traz a distribuição.

Tabela I. Cargos políticos ocupados previamente por conselheiros

Cargo	Quantidade
<i>Deputado estadual</i>	94
<i>Secretário estadual</i>	52
<i>Vereador</i>	36
<i>Prefeito</i>	17
<i>Secretário municipal</i>	15
<i>Deputado federal</i>	13
<i>Senador</i>	4
<i>Vice-prefeito</i>	4
<i>Vice-governador</i>	1

Pré-qualificações

A frouxidão dos requisitos profissionais definidos na Constituição para o exercício da função deixa espaço para o que se quiser. O conselheiro Antônio Cristóvão Correia de Messias, do TCE-AC, por exemplo, atuou como médico até sua nomeação pelo então governador do estado Orleir Messias Cameli (PPR), seu primo.

A conselheira do TCE-GO Carla Cíntia Santillo, filha do ex-governador do estado e ex-conselheiro do TCE-GO Henrique Antônio Santillo, é formada em odontologia e foi deputada por quatro anos antes da nomeação.

No TCM-BA, os conselheiros Fernando Vita e Paolo Marconi são jornalistas, tendo trabalhado em veículos de comunicação e – tipicamente – assessorias de imprensa. Vita é também escritor de romances.

“Idoneidade moral” e “reputação ilibada”

Dos 238 conselheiros, 47 (20%) têm ocorrências na Justiça ou nos próprios Tribunais de Contas, vários com condenações, respondendo por atos como improbidade administrativa e peculato. O tribunal com a maior quantidade de conselheiros processados é o TCE de Goiás: cinco dos sete membros do colegiado estão nessa situação. Em seguida, com quatro conselheiros processados, vêm Amapá, Espírito Santo, Mato Grosso e Roraima.

⁴ <http://blogs.estadao.com.br/julia-duailibi/mudancas-no-governo-alckmin/>

Em casos extremos, a mobilização contrária a uma indicação política pode surtir efeito. Exemplo recente foi o do senador Gim Argello (PTB), alvo de seis inquéritos e responsabilizado em segunda instância no TJ-DF pela criação irregular de cargos comissionados na Câmara Legislativa do Distrito Federal, que o Palácio do Planalto queria instalar no Tribunal de Contas da União. As reações negativas na imprensa e os atos de repúdio organizados por servidores e procuradores dos TCs, culminando com raríssima advertência do presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, de que não daria posse a Argello caso seu nome fosse aprovado pela Casa, fizeram com que a postulação fosse cancelada.⁵

Dos conselheiros processados, catorze o são por improbidade administrativa, onze por irregularidades diversas (de gestão, eleitorais ou na própria nomeação ao TC), dez respondem a processos penais por crimes aos quais não se tem acesso na consulta processual online, sete por peculato, seis por acumulação indevida de cargos ou salários, cinco por nepotismo (todos do TCE-GO), quatro por corrupção passiva, dois por crimes eleitorais, dois por crimes contra o sistema financeiro, dois por falsidade ideológica, um por homicídio, um por formação de quadrilha, um por sonegação fiscal e um por lavagem de dinheiro.

Se o conselheiro tem parente ou se for político profissional, as chances de ele responder a processo são maiores. Entre os conselheiros sem parentes políticos, a taxa de processados é de 18%; o percentual sobe para 29% entre os que têm parentesco político. (As relações de parentesco dos conselheiros são discutidas mais adiante.)

No caso dos conselheiros que jamais ocuparam algum cargo eletivo nem foram secretários de governo, a taxa de processados é de 9%. Entre os políticos profissionais que se tornaram conselheiros – e, portanto, tiveram mais oportunidades de malversar o dinheiro público –, a porcentagem é bem maior: 26%.

Condenados

Doze conselheiros já foram condenados na Justiça ou em Tribunais de Contas, um deles por homicídio e seis por improbidade administrativa. Punições da Justiça Eleitoral foram aplicadas a três e outros três tiveram contas julgadas irregulares por Tribunais de Contas:

Tabela II. Conselheiros com punições na Justiça ou nos TCs

TC	Conselheiro	Punição
TCE-AL	<i>Luiz Eustáquio Tolêdo</i>	Foi condenado a seis anos de prisão por homicídio. O conselheiro matou sua mulher e fugiu para evitar o flagrante; não foi para uma penitenciária pois a Justiça alagoana não encontrou cela especial para ele, que tinha direito a regalias por deter curso superior. Durante o cumprimento da pena, Toledo trabalhava no TCE e, à noite, dormia no Corpo de Bombeiros. <u>(STJ - APn 7/1989)</u>
TCE-AL	<i>Isnaldo Bulhões Barros</i>	Foram julgadas irregulares suas prestações de contas referentes a convênio celebrado com a Fundação Educar e a repasses recebidos do governo federal, quando o conselheiro exercia o mandato de prefeito de Santana de Ipanema. <u>(TCU - Acórdão N° 213/1996 e TCU - Acórdão N° 593/1997)</u>

⁵ <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,nao-podia-aceitar-um-condenado-diz-presidente-do-tcu,1152739,0.htm>

TC	Conselheiro	Punição
TCE-ES	<i>Sérgio Manoel Nader Borges</i>	<p>Foi condenado por improbidade administrativa, juntamente com José Carlos Gratz, presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo à época, e André Luiz Cruz Nogueira, diretor-geral à época, em ação civil pública movida pelo estado e Ministério Público Estadual do Espírito Santo. Os condenados estavam envolvidos em fraudes relacionadas ao pagamento de indenizações de diárias e ajuda de custo para viagens que nunca foram realizadas. Sérgio Borges teve os seus direitos políticos suspensos por oito anos e foi multado em quinze mil reais, ficando proibido de contratar com o poder público pelo prazo de dez anos. O conselheiro recorre da decisão em segunda instância. (TCU - Acórdão 25/1999)</p> <p>O TCU julgou irregulares as contas dos responsáveis pela TELEST em 1992, quando o conselheiro era presidente da companhia, por irregularidades em procedimentos licitatórios. Foi multado e recorreu, mas o Tribunal manteve a condenação. (TJ-ES - Comarca de Vitória - Ação Civil Pública Nº 0701437-23.2007.8.08.0024, Apelação N. 201200096444)</p>
TCE-MT	<i>Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto</i>	<p>Foi condenado em primeira instância por improbidade administrativa a perda da função pública e a suspensão de direitos políticos pelo período de três anos. Além dele, o conselheiro do TCE Valter Albano da Silva, o professor Carlos Alberto dos Reis Maldonado e o ex-secretário da Fazenda estadual e ex-prefeito de Rondonópolis, Fausto de Souza Farias, também foram condenados pela contratação de milhares de professores de diversas classes e níveis sem a realização de concurso público. Os réus entraram com recursos na mesma comarca do TJ-MT, que foram negados. (TJ-MT - Comarca Cuiabá Cível - Processo Nº 6001-32.1999.811.0041, Protocolo Nº 65514/2008)</p>
TCE-MT	<i>Valter Albano da Silva</i>	<p>Foi condenado em primeira instância por improbidade administrativa a perda da função pública e a suspensão de direitos políticos pelo período de três anos. Além dele, o conselheiro do TCE Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto, o professor Carlos Alberto dos Reis Maldonado e o ex-secretário da Fazenda estadual e ex-prefeito de Rondonópolis, Fausto de Souza Farias, também foram condenados pela contratação de milhares de professores de diversas classes e níveis sem a realização de concurso público. Os réus entraram com recursos na mesma comarca do TJ-MT, que foram negados. (TJ-MT - Comarca Cuiabá Cível - Processo Nº 6001-32.1999.811.0041, Protocolo Nº 65514/2008)</p> <p>Teve reprovadas as contas da Secretária Estadual de Educação do estado do Mato Grosso quando o conselheiro era presidente da mesma. Foi multado. (TCU - Acórdão Nº 3101/2007)</p>
TCE-MT	<i>Humberto Melo Bosaipo</i>	<p>Foi três vezes condenado em primeira instância por improbidade administrativa em ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Estadual, juntamente com o deputado estadual José Geraldo Riva (PDS). A Justiça determinou a suspensão dos seus direitos políticos, o ressarcimento de danos causados ao erário, o pagamento de multa civil e declarou a indisponibilidade dos seus bens. Em todos os casos, o conselheiro recorreu e perdeu na segunda instância, sendo ainda determinado que perdesse o cargo. Bosaipo recorre em instâncias superiores. (TJ-MT - Vara Cuiabá Cível - Numeração Única: 4525-75.2007.811.0041, TJ-MT - Protocolo Nº 2867/2011; TJ-MT - Vara Cuiabá Cível - Numeração Única: 4404-47.2007.811.0041, TJ-MT - Protocolo Nº 121201/2010, STF - Rcl 17185; TJ-MT - Vara Cuiabá Cível - Numeração Única: 4135-42.2006.811.0041, TJ-MT</p>

TC	Conselheiro	Punição
		<u>- Protocolo Nº 19615/2011, STJ - Recl 12514/2013)</u>
TCE-MS	<i>José Ancelmo dos Santos</i>	Foi condenado a pagamento de multa por irregularidades na aplicação de recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Saúde à Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul, quanto era secretário da Fazenda. <u>(TCU - Acórdão Nº 278/2000)</u>
TCE-RN	<i>Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior</i>	Foi condenado em primeira instância por improbidade administrativa por envolvimento em esquema de fraudes em licitações. Poti Júnior foi sentenciado ao ressarcimento integral do dano material, perda de sua função pública, suspensão dos direitos políticos pelo prazo de oito anos, multa civil e proibição de contratar com o poder público. Teve os seus recursos negados no TJ-RN e no STF mas continua recorrendo no STJ. <u>(TJ-RN - Ação Civil Nº 0001572-24.2004.8.20.0129, Agravo de Instrumento com Suspensividade Nº 2010.013127-2 , Agravo Interno em Agravo de Instrumento com Suspensividade Nº 2010.013127-2/0001.00 , STF - Recurso Extraordinário com Agravo nº 732350, STJ - Agravo em Recurso Nº 2011/0278104-8).</u>
TCE-SE	<i>Reinaldo Moura Ferreira</i>	Foi condenado por improbidade administrativa (violação aos princípios da administração pública) a pagamento de multa civil em apelação movida pelo Ministério Público. Já no cargo de conselheiro, participou de uma Comissão da Administração Direta, representando o município de Pirambu, município em que seu filho foi prefeito, o que geraria favorecimento à localidade e conflitos de interesses com sua posição. O conselheiro entrou com recurso, que foi negado. <u>(TJ-SE - Comarca de Aracaju - Apelação Nº 0016970-27.2008.8.25.0001; TJ-SE - Embargo Nº 201300212117)</u>
Justiça eleitoral		
TCU	<i>Aroldo Cedraz de Oliveira</i>	O TRE-BA reprovou sua prestação de contas referente à sua campanha eleitoral de 2002 para deputado federal. <u>(TRE-BA - Processo Nº 53696.2002.605.0000)</u>
TCE-RR	<i>Henrique Manoel Fernandes Machado</i>	Não apresentou a prestação de contas referente à campanha de 1994 a deputado estadual ao TRE-RR. <u>(TSE - Recurso Contra Expedição de Diploma Nº 539/1995)</u>
TCE-SP	<i>Sidney Estanislau Beraldo</i>	As contas de sua campanha eleitoral de 2002 foram reprovadas. O conselheiro entrou com recurso, mas a decisão foi mantida. <u>(TRE-SP Processo Nº13678/2002)</u>

Nove conselheiros de TCs estão afastados enquanto as investigações seguem em curso – a maioria segue recebendo seus vencimentos. Quatro deles são do TCE-AP. Afastados desde 2012 pelo STJ,

estão envolvidos no processo penal derivado da “Operação Mãos Limpas”, que desmontou um esquema de desvio de recursos de diversos órgãos do estado e chegou a prender os ex-governadores Pedro Paulo Dias de Carvalho e Waldez Góes.

Humberto Melo Bosaipo foi três vezes condenado em primeira instância por improbidade administrativa em ações cíveis públicas movidas pelo Ministério Público Estadual no TJ-MT, juntamente com o deputado estadual José Geraldo Riva (PP). A Justiça determinou a suspensão dos seus direitos políticos, o ressarcimento de danos causados ao erário, o pagamento de multa civil e declarou a indisponibilidade dos seus bens.

Outro é o conselheiro Domingos Lamoglia, afastado do cargo desde 2009. No STJ, Lamoglia é acusado de participar do esquema de arrecadação e pagamento de propinas, que seria comandado pelo então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda. Empresas beneficiadas pelo governo com contratos pagavam propinas para políticos. O conselheiro Teodorico José de Menezes Neto, alvo de inquérito que apura formação de quadrilha, falsidade ideológica e peculato, foi afastado pelo STJ e teve, junto a mais dez indiciados, os sigilos bancário e fiscal quebrados. O grupo é investigado por supostamente ter se organizado a fim de desviar recursos públicos em um caso que ficou conhecido no Ceará como "Escândalo dos Banheiros". Ele e seu filho, o deputado estadual Téo Menezes (CE), são acusados de se beneficiarem de recursos de um convênio firmado para a construção de módulos sanitários. Foi interposto requerimento contra o afastamento, mas a decisão foi mantida.

Valci José Ferreira de Souza, do TCE-ES, é réu em ação penal por crimes contra o sistema financeiro nacional. O STJ determinou seu afastamento em 18 de abril de 2007. O conselheiro entrou com recurso contra o afastamento, mas a decisão foi mantida. Os outros são os conselheiros Humberto Melo Bosaipo (TCE-MT) e Henrique Manoel Fernandes Machado (TCE-RR), mencionados na Tabela II.

O conselheiro Marcus Rafael De Hollanda Farias, réu em ação penal por peculato juntamente com o ex-governador Neudo Campos (PP-RR), chegou a ser afastado em 2011 e voltou em 2014 com uma liminar favorável no STF. Trata-se de envolvimento no “Escândalo dos Gafanhotos”, ocorrido entre 1995 e 2003, em que autoridades de Roraima – ex-governador, deputados estaduais e federais e conselheiros do TCE-RR – são acusadas de contratar servidores públicos “fantasmas” (ou “gafanhotos”).

Tabela III: Conselheiros afastados por serem réus em processos

Tribunal	Conselheiro
TC-DF	<i>Domingos Lamoglia</i>
TCE-AP	<i>Amiraldo da Silva Favacho</i>
TCE-AP	<i>José Julio de Miranda Coelho</i>
TCE-AP	<i>Manoel Antonio Dias</i>
TCE-AP	<i>Regildo Wanderley Salomão</i>
TCE-CE	<i>Teodorico José de Menezes Neto</i>
TCE-ES	<i>Valci José Ferreira de Souza</i>
TCE-MT	<i>Humberto Melo Bosaipo</i>
TCE-RR	<i>Henrique Manoel Fernandes Machado</i>

Outros processos

O fato de o conselheiro não responder hoje a processo não significa que não os tenha sofrido anteriormente ou que não esteja sob suspeita.

É o caso do conselheiro do TCE-RO Edílson de Sousa Silva, indicado pelo ex-governador e ex-senador condenado no STF Ivo Cassol (então PSDB). Sousa Silva, que chegou a ser preso pela Polícia Federal com a deflagração da "Operação Dominó", foi denunciado por prevaricação e afastado do cargo em 2007 por decisão do STJ (STJ APn 460/2006). Em 2008 o mesmo tribunal homologou acordo entre o réu e o MPF determinando a suspensão do processo por dois anos. O conselheiro pôde voltar ao cargo e, após o período de suspensão do processo, em 2011, o STJ decretou a extinção de sua punibilidade.

O conselheiro Aloysio Neves Guedes, do TCE-RJ, chegou a ser preso em flagrante em junho de 1983 por tráfico de drogas. Foi condenado em primeira instância, mas acabou absolvido pelo TJ-RJ. No Amapá, o conselheiro José Julio de Miranda Coelho, que também responde a outros processos no STF e no STJ (um deles por participação em esquema de desvio de recursos de diversos órgãos do Amapá), também chegou a ser denunciado pela Polícia Federal e investigado no STJ por manter relação com menores de idade em troca de dinheiro, mas o processo foi arquivado (STJ - Inq Nº 695/2010).

Outro caso é o do conselheiro Antonio Roque Citadini (TCE-SP), acusado de receber propina da empreiteira Camargo Corrêa na investigação da Polícia Federal "Castelo de Areia" (STJ - HC Nº 137349/2009). O STJ determinou a suspensão integral da operação por considerar irregular a quebra de sigilo telefônico concedida pela Justiça Federal de São Paulo à PF. O MPF tenta reabrir o caso no STF.

O conselheiro Robson Marinho, do TCE-SP, é investigado por improbidade administrativa no TJ-SP e, junto com outros 18 suspeitos de envolvimento no caso Alstom, chegou a ter seus bens sequestrados pela Justiça (TJ-SP Foro Central - Cautelar Inominada Nº 0026976-70.2009.8.26.0053). De acordo com a acusação, a empresa teria pago propina a funcionários públicos e políticos para vencer licitações durante os governos Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), Mário Covas (PSDB) e Geraldo Alckmin (PSDB) em São Paulo. Os acusados entraram com pedido contra o bloqueio de bens, que foi negado (TJ-SP Agravo de Instrumento Nº 0255156-77.2009.8.26.0000). Marinho entrou com recursos pedindo afastamento da juíza do caso, que foram negados: STJ - Agravo em Recurso Especial Nº 0144092-91-2011.8.26.0000.

Parentela

Dos 238 conselheiros, 42 (17%) têm parentes políticos. Metade é pai ou filho de político. Os cargos mais comuns entre os parentes de conselheiros são atuais ou ex- governadores (15) e deputados estaduais (15) – ou seja, os responsáveis diretos pelas nomeações nos TCEs (189 dos 238 conselheiros estão nos TCEs).

A taxa de conselheiros com parentes influentes é especialmente alta em Alagoas: 6 dos 7 conselheiros. Um deles é o conselheiro Isnaldo Bulhões Barros, irmão do ex-governador do Alagoas pelo PFL Geraldo Bulhões, quem o nomeou conselheiro. Bulhões Barros também tem outro irmão, mulher, filho e neto em cargos eletivos. Outro é Otávio Lessa de Geraldo Santos, irmão do ex-governador de Alagoas Ronaldo Lessa (PDT), quem o nomeou conselheiro em 2002.

Não apenas em Alagoas governadores nomeiam parentes para o cargo de conselheiros. Em Pernambuco, o ex-governador Eduardo Campos (PSB) indicou o primo João Campos (PSB) em 2011 – quatro anos antes, havia nomeado o primo da mulher, o conselheiro Marcos Coelho Loreto, até então seu chefe de gabinete. No Acre, o então governador Orleir Cameli (então PPR) nomeou conselheiro seu primo Antonio Cristovão Correia de Messias, já citado neste relatório. Na Paraíba, o ex-governador Cassio Cunha Lima (PSDB, cassado em 2009) nomeou seu tio, Fernando Rodrigues Catao. No Ceará, o governador Cid Gomes (PROS) nomeou sua ex-cunhada Patrícia Saboya (PDT), indicada pela Assembleia. No Piauí, a ex-deputada estadual Lilian Martins foi nomeada por seu marido, o governador do Piauí, Wilson Martins (PSB). No Rio de Janeiro, o conselheiro Marco Antonio Barbosa de Alencar (TCE-RJ) foi nomeado pelo pai, o então governador Marcello Alencar (PSDB).

Tabela IV. Conselheiros nomeados por parentes

Tribunal	Conselheiro	Indicações de família
TCE-AL	<i>Otávio Lessa de Geraldo Santos</i>	Nomeado por seu irmão, o ex-governador de Alagoas Ronaldo Lessa (PDT).
TCE-AL	<i>Isnaldo Bulhões Barros</i>	Nomeado por seu irmão, o ex-governador do Alagoas Geraldo Bulhões (PFL).
TCE-CE	<i>Patrícia Lucia Saboya Ferreira Gomes</i>	Nomeada por seu ex-cunhado, o governador do Ceará, Cid Gomes (PROS).
TCE-PB	<i>Fernando Rodrigues Catão</i>	Nomeado por seu sobrinho, o ex-governador da Paraíba Cássio Cunha Lima (PSDB).
TCE-AC	<i>Antonio Cristovão Correia de Messias</i>	Nomeado por seu primo, o então governador do Acre Orleir Cameli (PPR).
TCE-PE	<i>João Campos</i>	Indicado e nomeado pelo primo, o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos (PSB).
TCE-PI	<i>Lilian Martins</i>	Nomeada por seu marido, o governador do Piauí Wilson Martins (PSB).
TCE-RJ	<i>Marco Antonio Barbosa de Alencar</i>	Nomeado pelo pai, o então governador Marcello Alencar (PSDB).

Custos

Os custos de manutenção dos TCs são tão altos que, em alguns estados, o orçamento total do TCE se assemelha ao da Assembleia, conforme aponta a Tabela V. Os TCs são compostos por um corpo técnico concursado, mas são os colegiados que elaboram o orçamento, decidem sobre as fiscalizações e julgam a responsabilidade de agentes públicos no que tange irregularidades. A partir do pressuposto de que o conselheiro é tão vital para o TC como o parlamentar o é para a casa legislativa, pode-se comparar o custo unitário de um conselheiro (7 por tribunal) com o de um deputado estadual (de 22 a 94 por Casa). A diferença pode chegar a quase nove vezes, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro – os tribunais mais caros, nos Estados mais ricos do país.

Tabela V. Custos dos TCEs e das Assembleias por Estado

Estado	Assembleia (R\$)	TCE (R\$)	Relação TCE/Assembleia
RJ	681.502.520	593.074.417	87%
AM	222.815.000	185.646.000	83%
RS	519.805.626	412.281.574	79%
DF	293.150.000	224.301.880	77%
MS	196.811.000	146880000	75%
PE	420.846.800	310.455.800	74%
ES	185.636.675	134.662.059	73%
GO	361.708.000	247.187.000	68%
MT	331.036.470,00	225.421.813,00	68%
SP	921.395.268	599.240.012	65%
SE	196409898	123366360	63%
PR	553.251.080	339.089.370	61%
TO	163.601.052	95119467	58%
RO	186.349.501	104.206.000	56%
MG	937.542.305	483.404.660	52%
BA	444.005.000	227.440.000	51%
AL	151365500	77326626	51%
PB	231.859.100	110263000	48%
MA	256.394.165	108.232.520	42%
SC	488.336.421	185.864.889	38%
PA	336.373.841	125.180.445	37%
AC	122.510.395,64	45.325.203,67	37%
AP	156000000	52179814	33%
PI	251.045.000	80.859.000	32%
RR	156.251.819	50.133.232	32%
RN	303.848.000	76.858.000	25%
CE	363.027.831,00	54.096.005,00	15%

Os TCs não fazem parte do Poder Judiciário; o julgamento das contas segue o formato de um tribunal administrativo, o que provoca impacto sobre a validade de suas decisões. Como resultado, sua efetividade é bastante baixa. No caso do TCU, o órgão mais atuante e que recebe mais atenção, a relação entre multas aplicadas e pagas é baixíssima: 4,6% entre 2005 e 2009 e 8,3% entre 2008 e 2010, segundo dados do próprio tribunal.⁶ Pode-se inferir que nos TCEs e TCMs a efetividade tende a

6

http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_governo/contas_09/Textos/Ficha%204%20-%20Arrecadacao%20de%20Multas.pdf

ser ainda mais baixa. O que leva ao questionamento natural sobre se o dinheiro público investido na manutenção dessas cortes fortemente politizadas tem o retorno esperado.

Tabela VI. Características dos conselheiros dos Tribunais de Contas

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Tribunal de Contas da União</i>				
<i>Ana Lúcia Arraes de Alencar</i>			Foi deputada federal pelo PSB-PE.	É filha do político pernambucano Miguel Arraes e mãe do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos (PSB).
<i>Antônio Valmir Campelo Bezerra</i>			Foi deputado federal pelo PFL, senador pelo PTB e candidato a governador do Distrito Federal.	
<i>Aroldo Cedraz de Oliveira</i>	Irregularidades na prestação de contas eleitorais (TRE-BA - Processo Nº 53696.2002.605.0000)		Foi deputado federal pelo PFL, secretário estadual da Bahia e presidente de estatal baiana.	Não, mas seu filho é advogado de políticos.
<i>Benjamin Zymler</i>				
<i>João Augusto Ribeiro Nardes</i>			Foi deputado federal e estadual por PDS, PPR, PPB e PP.	
<i>José Jorge de Vasconcelos Lima</i>			Foi deputado federal por PDS e PFL, senador pelo PFL, ministro da República no governo FHC, secretário estadual, presidente do conselho da Petrobras e um dos fundadores do PFL.	
<i>José Múcio Monteiro Filho</i>			Foi deputado federal por PFL, PSDB e PTB, prefeito pelo PDS e candidato ao governo de Pernambuco, além de secretário estadual, secretário municipal e ministro da República.	
<i>Raimundo Carreiro Silva</i>			Foi vereador.	
<i>Walton Alencar Rodrigues</i>				
<i>Tribunal de Contas da Acre</i>				
<i>Antonio Cristovão Correia De Messias</i>				É primo do ex-governador do Estado Orleir Cameli (então PPR), que o nomeou conselheiro.
<i>Antônio Fernando Jorge Ribeiro De Carvalho Malheiro</i>				

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Dulcinéa Benício De Araújo</i>				
<i>José Augusto Araújo De Faria</i>			Foi vereador pelo extinto PDS.	
<i>Naluh Maria Lima Gouveia Dos Santos</i>			Foi deputada estadual pelo PT.	
<i>Ronald Polanco Ribeiro</i>	Peculato (STJ - Ação Penal Nº 459/2006)		Foi deputado estadual pelo PT.	
<i>Valmir Gomes Ribeiro</i>			Foi deputado estadual.	
<i>Tribunal de Contas de Alagoas</i>				
<i>Anselmo Roberto de Almeida Brito</i>				
<i>Cícero Amélio da Silva</i>	Processo penal por envolvimento em desvio de recursos da Assembleia (STJ - Inquérito Nº 751/2011 , desmembramento deste: STJ - Inquérito Nº 617/2008 ; afastamento do cargo de deputado estadual TJ-AL - Agravo Nº 2008.000527-9)		Foi vereador e deputado estadual por PTR, PSB, PPS e PMN.	É irmão do ex-vereador e atual suplente de vereador de Maceió Arnaldo Fontan Silva e tio de Luiz Henrique Cavalcante Melo, diretor-geral da Câmara da capital alagoana.
<i>Isnaldo Bulhões Barros</i> <i>(Aposentado, mas ainda não substituído)</i>	Crimes eleitorais (TRF-5 Subseção Judiciária de Alagoas - Representação Criminal Nº0006005-98.2012.4.05.8000) Omissão na prestação de informações à Justiça (TRF-5 Subseção Judiciária de Alagoas - Ação Penal Nº0006890-15.2012.4.05.8000) Contas de gestão irregulares (TCU - Acórdão Nº 213/1996 e TCU - Acórdão Nº 593/1997)	Sim	Foi deputado estadual, secretário estadual durante o governo de seu irmão, Geraldo Bulhões, e prefeito de Santana do Ipanema (AL).	É irmão do ex-governador de Alagoas pelo PFL Geraldo Bulhões, quem o indicou a conselheiro. Também é irmão de Henaldo Bulhões, marido de Renilde Bulhões e neto de Ormino Barros, ex-prefeitos de Santana do Ipanema. É pai do deputado estadual Isnaldo Bulhões Júnior (PDT).
<i>Luiz Eustáquio Tolêdo</i>	Homicídio (STJ - APn 7/1989)	Sim	Foi prefeito e interventor na época da ditadura, além de secretário estadual e presidente de estatal.	Pai de Luiz Eustáquio Tolêdo Filho, suplente de vereador e de deputado federal por PSB, PRP, PC do B e PTN.

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Maria Cleide Costa Beserra</i>			Foi deputada estadual pelo PMN.	É mulher do ex-deputado estadual e hoje prefeito de Canapi (AL), Celso Luiz (PMDB).
<i>Otávio Lessa de Geraldo Santos</i>			Foi secretário estadual durante o governo de seu irmão em Alagoas e secretário municipal.	É irmão do ex-governador de Alagoas Ronaldo Lessa (PDT), quem o indicou ao cargo de conselheiro.
<i>Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque</i>			Foi secretária municipal da cidade em que seu pai e irmão foram prefeitos.	É irmã do deputado estadual Antonio Albuquerque (PRTB) e do ex-prefeito de Limoeiro de Anadia (AL) Nivaldo Ferreira de Albuquerque (ex-Arena; já morto). Seu pai também foi prefeito da cidade.
Tribunal de Contas do Amapá				
<i>Amiraldo da Silva Favacho</i>	Processo penal por desvio de recursos (STJ - APn Nº 702/2011 e recurso STF - Habeas Corpus Nº 113533/2012)		Foi deputado estadual pelo PTB.	Casado com a deputada estadual Francisca Favacho, pai do também deputado estadual Junior Favacho e do vereador de Macapá Acácio Favacho, todos do PMDB.
<i>José Julio de Miranda Coelho</i>	Processos penal por desvio de recursos públicos (2) e porte ilegal de arma (STJ - APn Nº 702/2011 , STJ - Inq Nº 745/2011 ; e STJ - APn Nº 657/2010)		Foi deputado estadual pelo PRN e pelo PSL.	
<i>Manoel Antonio Dias</i>	Processo penal por desvio de recursos (STJ - APn Nº 702/2011 e recurso STF - Habeas Corpus Nº 113533/2012)			
<i>Maria Elizabeth Cavalcante de Azevedo Picanço</i>				
<i>Regildo Wanderley Salomão</i>	Processo penal por desvio de recursos (STJ - APn Nº 702/2011 e recurso STF - Habeas Corpus Nº 113533/2012)		Foi eleito deputado estadual duas vezes, pelo PFL e pelo PSDB.	
<i>Reginaldo Parnow Ennes</i>				
<i>Ricardo Soares Pereira de Souza</i>			Foi deputado estadual duas vezes, pelo PRN e pelo PT do B.	

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Tribunal de Contas do Amazonas</i>				
<i>Antonio Julio Bernardo Cabral</i>			Foi deputado federal pelo PTB.	É filho de Bernardo Cabral, ex-deputado federal, ex-senador e ex-ministro da Justiça no governo de Fernando Collor de Mello.
<i>Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior</i>	Improbidade administrativa (2) e corrupção passiva, sonegação fiscal e falsidade ideológica (1) (TJ-AM Comarca da capital - Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0253476-66.2009.8.04.0001 e TJ-AM Comarca da capital - Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0039972-21.2002.8.04.0001 ; STJ - Inquérito nº 759/2011)		Foi vereador pelo PPS, suplente de deputado federal pelo PMDB e secretário estadual do governo de Eduardo Braga, quem o nomeou conselheiro.	Não, mas é filho do presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador Ari Moutinho.
<i>Érico Xavier Desterro e Silva</i>				
<i>Josué Claudio de Souza Filho</i>			Foi vereador, deputado estadual, secretário municipal e secretário estadual.	É pai do deputado estadual Josué Neto (PSD), presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas.
<i>Júlio Assis Corrêa Pinheiro</i>				
<i>Lucio Alberto de Lima Albuquerque</i>				
<i>Raimundo José Michiles</i>				
<i>Tribunal de Contas da Bahia</i>				
<i>Antônio Honorato de Castro Neto</i>			Foi deputado estadual por PDS, PMDB e PTB.	
<i>Carolina Matos Alves Costa</i>				
<i>Filemon Neto Matos</i> <i>(Aposentado, mas ainda não substituído)</i>			Foi deputado estadual pelo MDB/PMDB e secretário estadual.	
<i>Gildásio Penedo Cavalcanti de Albuquerque Filho</i>			Foi deputado estadual pelo PFL.	
<i>Inaldo da Paixão Santos Araújo</i>				

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Justiniano Zilton Rocha</i>			Foi vereador e deputado estadual pelo PT	
<i>Pedro Henrique Lino de Souza</i>			Foi secretário estadual.	
Tribunal de Contas do Ceará				
<i>Edilberto Carlos Pontes Lima</i>				
<i>José Valdomiro Távora de Castro Júnior</i>			Foi deputado estadual por PPR e PPB, além de secretário municipal.	É pai de Roberto Távora (PR-CE), vice-prefeito de Mombaça
<i>Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa</i>			Foi deputado estadual pelo PMDB e pelo PSDB.	
<i>Patricia Lucia Saboya Ferreira Gomes</i>			Foi vereadora pelo PSDB, deputada estadual pelo PPS e pelo PDT e senadora pelo PDT.	Foi mulher de Ciro Gomes (PROS), ex-governador do Ceará e ex-ministro, e ex-cunhada de Cid Gomes (PROS), que promoveu a sua nomeação.
<i>Rholden Botelho de Queiroz</i>				
<i>Soraia Thomaz Dias Victor</i>				
<i>Teodorico José de Menezes Neto</i>	Formação de quadrilha, falsidade ideológica e peculato (STJ Inquérito Nº 780/2012)		Foi deputado estadual pelo PMDB e pelo PSDB.	É pai de Téo Menezes (PSDB), deputado estadual pelo Ceará.
Tribunal de Contas do Distrito Federal				
<i>Anilcéia Luzia Machado</i>			Foi deputada distrital.	
<i>Antônio Renato Alves Rainha</i>			Foi deputado distrital.	
<i>Domingos Lamoglia</i>	Improbidade administrativa e processo penal (STJ – APn 707/2009 e TJ-DF Vara da Fazenda Pública do DF - Ação civil pública Nº 20110111883224/2011)			
<i>Inácio Magalhães Filho</i>				
<i>José Roberto De Paiva Martins</i>				

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Manoel Paulo De Andrade Neto</i>			Foi deputado distrital e secretário do governo do DF.	
<i>Paulo Tadeu</i>			Foi deputado distrital, deputado federal e secretário do governo do DF.	
<i>Tribunal de Contas do Espírito Santo</i>				
<i>Domingos Augusto Taufner</i>			Foi vereador.	
<i>José Antônio Almeida Pimentel</i>			Foi deputado estadual e secretário estadual no governo Paulo Hartung (PMDB), quem lhe indicou ao cargo de conselheiro.	
<i>Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun</i>	Improbidade administrativa (TJ-ES - Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa Nº 0030632-94.2007.8.08.0024)		Foi deputado e secretário estadual.	
<i>Sebastião Carlos Ranna de Macedo</i>			Foi auditor-geral do Estado (hoje o cargo equivale a secretário estadual de Controle e Transparência) do governo de Paulo Hartung (PMDB), quem o indicou ao cargo de conselheiro.	
<i>Sérgio Aboudib Ferreira Pinto</i>	Improbidade administrativa (TJ-ES - Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa Nº 0010361-54.2013.8.08.0024)		Foi secretário municipal e estadual no governo Paulo Hartung (PMDB), quem lhe indicou ao cargo de conselheiro.	
<i>Sérgio Manoel Nader Borges</i>	Irregularidades em gestão detectadas por Tribunal de Contas (1), improbidade administrativa (4) (TCU - Acórdão 251/1997, TCU - Acórdão 25/1999; TJ-ES - Comarca de Vitória - Ação Civil Pública Nº 0701437-23.2007.8.08.0024, Apelação 201200096444, Recurso Especial 201300616531, Recurso Especial 201300541697; TJ-ES - Comarca de Vitória - Ação Civil Pública Nº 0043845-60.2013.8.08.0024; TJ-ES - Comarca	Sim	Foi secretário municipal e deputado estadual pelo PDMB.	Filho de Hugo Borges, ex-prefeito de Guarapari e ex-deputado estadual; sobrinho de, entre outros políticos capixabas, Solon Borges Marques, ex-prefeito de Vitória.

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
	de Vitória - Ação Civil de Improbidade Administrativa Nº 0002163-18.2004.8.08.0000; TJ-ES - Comarca de Vitória - Ação Civil Pública Nº 0001536-73.2003.8.08.0024)			
<i>Valci José Ferreira de Souza</i>	Crime contra o sistema financeiro (STF - APn 300/2003)		Foi deputado estadual pelo PDMB.	
<i>Tribunal de Contas de Goiás</i>				
<i>Carla Cíntia Santillo</i>	Nepotismo, nepotismo cruzado e acumulação indevida de cargos em comissão; e processo contra sua nomeação. (TCE-GO N° 201200047002490/312 e TJ-GO Comarca de Goiânia - Ação Civil Pública N° 201103879507)		Foi deputada estadual pelo PSDB.	É filha de Henrique Antônio Santillo, ex-conselheiro do TCE-GO. Seu pai já foi vereador e prefeito, deputado estadual, senador, secretário estadual, governador e ministro de Estado.
<i>Celmar Rech</i>				
<i>Edson José Ferrari</i>	Nepotismo, nepotismo cruzado e acumulação indevida de cargos em comissão (TCE-GO N° 201200047002490/312)			
<i>Kennedy de Sousa Trindade</i>	Nepotismo, nepotismo cruzado e acumulação indevida de cargos em comissão (TCE-GO N° 201200047002490/312)		Foi deputado estadual pelo PSB.	
<i>Milton Alves Ferreira</i>	Nepotismo, nepotismo cruzado e acumulação indevida de cargos em comissão (TCE-GO N° 201200047002490/312)		Foi deputado estadual pelo PMDB e vereador, secretário municipal e vice-prefeito.	
<i>Saulo Marques Mesquita</i>				
<i>Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota</i>	Nepotismo, nepotismo cruzado e acumulação indevida de cargos em comissão (TCE-GO N° 201200047002490/312)		Foi deputado estadual pelo PSDB.	
<i>Tribunal de Contas do Maranhão</i>				

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Álvaro César de França Ferreira</i>				
<i>Edmar Serra Cutrim</i>	Improbidade administrativa (TJ-MA Comarca de São Luís - Ação Civil Pública Nº 95762002)		Foi deputado estadual.	Pai do prefeito de São José de Ribamar (MA), Gil Cutrim (PMDB).
<i>João Jorge Jinkings Pavão</i>				
			Foi deputado estadual, prefeito, vice-prefeito e secretário municipal e estadual.	
<i>Joaquim Washington Luiz de Oliveira</i>				
			Foi vice-governador e deputado federal.	
<i>José de Ribamar Caldas Furtado</i>				
			Foi deputado estadual.	
<i>Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior</i>				
<i>Raimundo Oliveira Filho</i>				
Tribunal de Contas de Mato Grosso				
<i>Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto</i>	Improbidade administrativa (3) e processo penal (1) (TJ-MT - Comarca Cuiabá Cível - Processo Nº 6001-32.1999.811.0041 , TJ-MT - Comarca de Barra do Garças - Ação Civil de Improbidade Administrativa Nº 8530-47.2013.811.0004 e TJ-MT - Comarca Cuiabá Cível - Ação Civil de Improbidade Administrativa Nº 15803-49.2002.811.0041 ; STJ - Inquérito Nº 0070457-90-2008.3.00.0000)	Sim	Foi deputado estadual e federal. Foi também secretário estadual de Infra-estrutura e de Educação.	
<i>Gonçalo Domingos de Campos Neto</i>				
			Foi vereador e deputado estadual.	
<i>Humberto Melo Bosaipo</i>	Improbidade administrativa, lavagem de dinheiro, peculato (<i>improbidade:</i> TJ-MT - Vara Cuiabá Cível - Numeração Única: 4525-75.2007.811.0041 , com recurso negado TJ-MT - Protocolo Nº 2867/2011 ; outro TJ-MT - Vara Cuiabá Cível - Numeração Única: 4404-47.2007.811.0041 , com recurso	Sim	Foi deputado estadual e secretário municipal.	

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
	negado: outro TJ-MT - Protocolo Nº 121201/2010 e recurso no STF Rcl 17185 ; outro TJ-MT - Vara Cuiabá Cível - Numeração Única: 4135-42.2006.811.0041 , com recurso negado TJ-MT - Protocolo Nº 19615/2011 e STJ Recl 12514/2013 ; <i>peculato e lavagem de dinheiro:</i> STJ - APn 662/2009 STJ - APn 618/2008 STJ - APn 539/2008 STJ - APn 535/2008 STJ - APn 533/2008 STJ - APn 528/2008 STJ - APn 525/2008 STJ - APn 524/2008)			
<i>José Carlos Novelli</i>				Foi vereador e deputado estadual.
<i>Sérgio Ricardo de Almeida</i>	Crimes eleitorais (STJ - Inq 853 - Nº 0048170-60-2013.3.00.0000)			Foi vereador, deputado estadual e federal.
<i>Valter Albano da Silva</i>	Improbidade administrativa (2) e irregularidades em gestão detectadas por Tribunal de Contas (1) (TJ-MT - Comarca Cuiabá Cível - Processo Nº 6001-32.1999.811.0041 , com recurso negado: TJ-MT Nº do Protocolo 65514/2008 , e TJ-MT - Comarca Cuiabá Cível - Processo Nº 13658-20.2002.811.0041 ; TCU - Acórdão Nº 3101/2007)	Sim		Foi secretário municipal e estadual.
<i>Waldir Júlio Teis</i>				Foi secretário estadual no governo Blairo Maggi (PR), que era governador à época de sua nomeação ao TCE.
<i>Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul</i>				
<i>Cícero Antonio de Souza</i>				Foi deputado estadual.

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Iran Coelho das Neves</i>				
<i>José Ancelmo dos Santos</i> <i>(Aposentado, mas ainda não substituído)</i>	Irregularidades em gestão detectadas por Tribunal de Contas (TCU - Acórdão Nº 278/2000)	Sim	Foi vice-prefeito e secretário municipal.	
<i>José Ricardo Pereira Cabral</i>				
<i>Marisa Joaquina Monteiro Serrano</i>				
<i>Ronaldo Chadid</i>				
<i>Waldir Neves Barbosa</i>				
<i>Tribunal de Contas de Minas Gerais</i>				
<i>Adriene Barbosa de Faria Andrade</i>				
É mulher do senador e ex-vice-governador de MG Clésio Andrade (PMDB).				
<i>Cláudio Couto Terrão</i>				
<i>Gilberto Pinto Monteiro Diniz</i>				
<i>José Alves Viana</i>				
Foi deputado estadual por PDT, PMDB e PFL/DEM; também foi vereador e prefeito.				
<i>Mauri José Torres Duarte</i>				
Foi deputado estadual pelo PMDB e pelo PSDB.				
<i>Sebastião Helvecio Ramos de Castro</i>				
Foi deputado estadual, vice-prefeito e secretário estadual.				
<i>Wanderley Geraldo de Ávila</i>				
Foi prefeito, deputado estadual pelo PSDB.				
<i>Tribunal de Contas do Pará</i>				
<i>André Teixeira Dias</i>				
Foi vereador pelo PMDB, deputado estadual pelo PFL e pelo PSDB e deputado federal pelo PSDB.				
<i>Antonio Erlindo Braga</i>				
<i>Cipriano Sabino de Oliveira Junior</i>				
Foi deputado estadual por PPR e PPB, além de vereador.				
<i>Ivan Barbosa da Cunha</i>				
<i>Luis da Cunha Teixeira</i>				
Foi secretário municipal e deputado estadual pelo PDT.				
<i>Maria de Lourdes Lima de Oliveira</i>				
Foi prefeita e deputada estadual pelo PSDB.				

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Nelson Luiz Teixeira Chaves</i>			Foi vereador e deputado estadual pelo PSDB.	
<i>Tribunal de Contas da Paraíba</i>				
<i>André Carlo Torres Pontes</i>				
<i>Antônio Nominando Diniz Filho</i>			Foi eleito deputado estadual por PDS e PMDB.	
<i>Arnóbio Alves Viana</i>			Foi prefeito e deputado estadual pelo PDT.	
<i>Arthur Paredes Cunha Lima</i>			Foi deputado estadual por PMDB e PSDB e secretário municipal e estadual.	Primo do senador e ex-governador Cássio Cunha Lima (PSDB) e de seu pai, o ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima – de cujo governo foi secretário estadual.
<i>Fábio Túlio Filgueiras Nogueira</i>			Foi vereador, secretário municipal e deputado estadual pelo PSDB.	
<i>Fernando Rodrigues Catão</i>			Foi secretário estadual e municipal e primeiro suplente de senador pelo PSDB.	É tio do senador e ex-governador Cássio Cunha Lima (PSDB), quem o indicou à vaga de conselheiro.
<i>Umberto Silveira Porto</i>				
<i>Tribunal de Contas do Paraná</i>				
<i>Artagão de Mattos Leão</i>			Foi deputado estadual.	Seu filho, Artagão De Mattos Leão Junior, foi deputado estadual três vezes. Seu tio, João de Mattos Leão, foi vereador, deputado estadual por duas vezes e senador.
<i>Caio Marcio Nogueira Soares</i>			Foi assessor especial do governo Julio Lerner (PFL-PR).	
<i>Durval Amaral</i>			Foi deputado estadual pelo PFL/DEM e chefe da Casa Civil do Paraná no governo de Beto Richa (PSDB), quem lhe nomeou conselheiro após a indicação pela Assembleia.	
<i>Fábio de Souza Camargo</i>	Irregularidade na nomeação para o cargo de conselheiro (decisão desfavorável TJ-PR Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Mandado de Segurança Nº 0045058-54.2013.8.16.0000 , seguido de uma		Foi vereador pelo PSC e deputado estadual pelo PFL e pelo PTB.	Não, mas seu pai, desembargador do TJ-PR Clayton Camargo, era presidente da corte à época da nomeação do filho.

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
	favorável: TJ-PR Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Agravo Regimental Cível Nº 1149385-9/01			
<i>Fernando Guimarães</i>				
<i>Ivan Bonilha</i>			Foi nomeado procurador-geral do estado Paraná pelo governador Beto Richa (PSDB-PR).	
<i>Nestor Baptista</i>			Foi deputado estadual pelo MDB/PMDB.	
<i>Tribunal de Contas de Pernambuco</i>				
<i>Carlos Porto de Barros</i>			Foi deputado estadual pelo PMDB.	
<i>Dirceu Rodolfo</i>				
<i>João Campos</i>				É primo do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos (PSB), quem o indicou ao cargo de conselheiro.
<i>Marcos Coelho Loreto</i>				Não, mas é primo da mulher de Eduardo Campos (PSB), quem o nomeou conselheiro. Era chefe de gabinete de Campos até sua nomeação.
<i>Maria Teresa Caminha Duere</i>			Foi deputada estadual pelo PFL e secretária estadual.	
<i>Ranilson Ramos</i>			Foi vereador, deputado estadual pelo PPS e secretário estadual.	É primo de Fernando Bezerra (PSB), ex-ministro da Integração Nacional e ex-prefeito de Petrolina (PE).
<i>Valdecir Fernandes Pascoal</i>				
<i>Tribunal de Contas do Piauí</i>				
<i>Abelardo Pio Vilanova e Silva</i>				
<i>Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco</i>			Foi secretário estadual.	
<i>Joaquim Kennedy Nogueira Barros</i>			Foi deputado estadual pelo PFL.	
<i>Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins</i>	Irregularidade na nomeação para o cargo de conselheiro (TRF-1 Subseção Judiciária do Piauí - Ação Civil Pública Nº 11130-		Foi deputada estadual e secretária estadual no governo de Wilson Martins, seu marido.	É mulher de Wilson Martins (PSB), governador do Piauí e quem a indicou ao cargo de conselheira.

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
	30.2012.4.01.4000 , chegou a ser afastada do cargo; mas voltou com o TRF-1 Agravo de Instrumento de Nº 0044229-60.2012.4.01.0000)			
<i>Luciano Nunes Santos</i>			Foi deputado estadual por PMDB e PDS.	É pai de Luciano Nunes Santos Filho (PSDB-PI), deputado estadual pelo PSDB, e genro de Alcides Martins Nunes, ex-deputado estadual pelo PSD.
<i>Olavo Rebelo de Carvalho Filho</i>			Foi deputado estadual do PT.	
<i>Waltânia Maria Nogueira de Sousa Alvarenga</i>				
<i>Tribunal de Contas do Rio de Janeiro</i>				
<i>Aloysio Neves Guedes</i>				
<i>Aluisio Gama De Souza</i>			Foi prefeito, deputado estadual por MDB/PMDB e PDT e secretário estadual.	Casado com a ex-prefeita de Nova Iguaçu Sheila Gama (PDT) e irmão da ex-deputada estadual Aparecida Gama (PDT).
<i>Jonas Lopes De Carvalho Junior</i>	Corrupção passiva (STJ - APn 685)			
<i>José Gomes Graciosa</i>	Corrupção passiva (STJ - APn 685)		Foi prefeito e deputado estadual pelo PMDB.	
<i>José Maurício De Lima Nolasco</i>				
<i>Julio Lambertson Rabello</i>				
<i>Marco Antonio Barbosa de Alencar</i>			Foi deputado estadual por PDT e PSDB.	Filho do ex-governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PSDB), quem o nomeou para o cargo de conselheiro.
<i>Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte</i>				
<i>Antônio Gilberto de Oliveira Jales</i>				
<i>Carlos Thompson Costa Fernandes</i>				
<i>Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior</i>	Improbidade administrativa, processo penal, irregularidade na nomeação para o cargo de conselheiro	Sim	Foi prefeito e deputado estadual pelo PMDB.	

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Maria Adélia Sales</i>	<p>(TJ-RN - Ação Civil Nº 0001572-24.2004.8.20.0129, com recursos negados em segunda instância: Agravo de Instrumento com Suspensividade Nº 2010.013127-2, Agravo Interno em Agravo de Instrumento com Suspensividade Nº 2010.013127-2/0001.00, Recurso Especial em Agravo de Instrumento com Suspensividade Nº 2010.013127-2/0002.00, Agravo de Instrumento no Recurso Especial em Agravo de Instrumento com Suspensividade Nº 2010.013127-2/0003.00, STF Recurso Extraordinário com Agravo nº 732350; segue recorrendo no STJ Agravo em Recurso Nº 2011/0278104-8; TJ-RN - Ação Civil Nº 0002103-66.2011.8.20.0129; TJ-RN - Ação Civil Nº 0003553-15.2009.8.20.0129; TJ-RN - Ação Civil Nº 0002808-35.2009.8.20.0129; TJ-RN - Ação Civil Nº 0029944-08.2006.8.20.0001; e STJ - APn 716 - Nº 0274475-34-2012.3.00.0000; e TJ-RN - Ação Civil Nº 0806532-68.2013.8.20.0001)</p>		Foi secretário estadual durante o governo de seu irmão, Garibaldi Filho (PMDB).	É filho do ex-deputado estadual, ex-vice-governador do Rio Grande do Norte e atual deputado federal Garibaldi Alves (PMDB) e irmão do senador licenciado Garibaldi Alves Filho (PMDB), ministro da Previdência Social. Também é sobrinho do ex-governador Aluizio Alves e do ex-prefeito de Natal Agnelo Alves e primo do deputado federal Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN).
<i>Renato Costa Dias</i>				

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Tarcisio Costa</i>				
<i>Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul</i>				
<i>Adroaldo Mousquer Loureiro</i>			Foi vereador, prefeito e deputado estadual pelo PDT.	
<i>Algir Lorenzon</i>			Foi vereador e deputado estadual.	
<i>Cezar Miola</i>				
<i>Estilac Martins Rodrigues Xavier</i>			Foi deputado estadual pelo PT.	
<i>Iradir Pietroski</i>			Foi prefeito, vereador e deputado estadual pelo PTB.	
<i>Marco Peixoto</i>			Foi deputado estadual por PPB e PP.	
<i>Pedro Figueiredo</i>				
<i>Tribunal de Contas de Rondônia</i>				
<i>Benedito Antônio Alves</i>			Foi secretário estadual no governo de Confúcio Moura (PMDB), quem lhe indicou ao cargo de conselheiro.	
<i>Edílson de Sousa Silva</i>				
<i>Francisco Carvalho da Silva</i>	Peculato (STJ - Ação Penal Nº 629/2010)		Foi prefeito e deputado estadual pelo PMDB.	
<i>José Euler Potyguara Pereira de Mello</i>				
<i>Paulo Curi Neto</i>				
<i>Valdivino Crispim de Souza</i>				
<i>Wilber Carlos dos Santos Coimbra</i>			Foi deputado estadual pelo PSB.	
<i>Tribunal de Contas de Roraima</i>				
<i>Célio Rodrigues Wanderley</i>			Foi deputado estadual por PSL, PFL e DEM.	
<i>Cilene Lago Salomão</i>				
<i>Essen Pinheiro Filho</i>	Crime contra o sistema financeiro (STJ APn 295/2003)			

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Henrique Manoel Fernandes Machado</i>	Peculato e irregularidade na prestação de contas eleitorais (STJ - Apn 327/2004 e TSE - Recurso Contra Expedição de Diploma Nº 539/1995)	Sim	Foi prefeito pelo PFL e deputado estadual pelo PPB.	
<i>Joaquim Pinto Souto Maior Neto</i>				
<i>Manoel Dantas Dias</i>	Processos penais sob sigilo de Justiça (STJ - Inquérito Nº 0178308-52-2012.3.00.0000 , STJ - Inquérito Nº 0178310-22-2012.3.00.0000 e STJ - Inquérito Nº 0178315-44-2012.3.00.0000)			
<i>Marcus Rafael De Hollanda Farias</i>	Peculato e Improbidade Administrativa (STJ - Ação Penal 382/2004 ; foi afastado do cargo de conselheiro, mas voltou com liminar: STF - Ação Cautelar 3535/2014 ; e TRF-1 Subseção Judiciária de Roraima - Ação Civil de Improbidade Administrativa Nº 2005.42.00.002268-0)			
<i>Tribunal de Contas de Santa Catarina</i>				
<i>Adircélio de Moraes Ferreira Junior</i>				
<i>César Filomeno Fontes</i>			Foi vereador.	A família tem mais de meio século de atuação na política de Santa Catarina – como seu pai, Paulo de Tarso da Luz Fontes, que foi prefeito de Florianópolis, deputado estadual e conselheiro do TCE.
<i>Herneus João De Nadal</i>			Foi prefeito e deputado estadual	
<i>Julio Cesar Garcia</i>				
<i>Luiz Roberto Herbst</i>			Foi vereador e deputado estadual.	
<i>Salomão Ribas Junior</i>			Foi secretário estadual e deputado estadual pelo antigo PDS.	

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Wilson Rogério Wan-Dall</i>			Foi vereador e deputado estadual.	
<i>Tribunal de Contas de São Paulo</i>				
<i>Antonio Roque Citadini</i>				
<i>Cristiana de Castro Moraes</i>				
<i>Dimas Eduardo Ramalho</i>			Foi deputado estadual por PMDB e PPS, partido pelo qual também foi deputado federal; ainda foi secretário municipal e estadual.	
<i>Edgard Camargo Rodrigues</i>				
<i>Renato Martins Costa</i>			Foi secretário estadual.	
<i>Robson Marinho</i>	Improbidade administrativa (TJ-SP Foro Central - Cautelar Inominada Nº 0026976-70.2009.8.26.0053)		Foi vereador e prefeito pelo PMDB, além de secretário estadual, deputado estadual e deputado federal.	
<i>Sidney Estanislau Beraldo</i>	Irregularidades na prestação de contas eleitorais (TRE-SP Processo Nº13678/2002)		Foi prefeito, secretário estadual e deputado estadual pelo PSDB.	
<i>Tribunal de Contas de Sergipe</i>				
<i>Carlos Alberto Sobral de Souza</i>			Foi secretário de estado.	
<i>Carlos Pinna de Assis</i>			Foi secretário estadual.	Seu filho, Carlos Pinna de Assis Junior, já foi vereador pelo Partido Verde (PV).
<i>Clóvis Barbosa de Melo</i>				
<i>Luiz Augusto Carvalho Ribeiro</i>			Foi secretário municipal e estadual e deputado estadual.	
<i>Reinaldo Moura</i> <i>(Aposentado, mas ainda não substituído)</i>	Improbidade administrativa (TJ-SE - Comarca de Aracaju - Apelação Nº 0016970-27.2008.8.25.0001 , com recurso negado TJ-SE - Embargo Nº 201300212117)	Sim	Foi vereador e deputado estadual pelo PFL.	É marido de Lila Moura, ex-deputada estadual pelo PFL, e pai de André Moura, ex-prefeito de Pirambu pelo PFL, ex-deputado estadual e atual deputado federal pelo PSC.

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
Susana Azevedo			Foi deputada estadual por PSB, PPS e PSC.	É filha de Tertuliano Azevedo, ex-deputado federal e conselheiro do Tribunal de Contas de Sergipe.
Ulices de Andrade Filho	Peculato e crime da Lei de Licitações (STF Inquérito Nº 3594/2013)		Foi deputado estadual pelo PSDB e secretário estadual.	
Tribunal de Contas do Tocantins				
Doris de Miranda Coutinho				
Herbert Carvalho de Almeida (Aposentado, mas ainda não substituído)				
José Wagner Praxedes	Processo penal (STJ - Ação Penal Nº 671/2006)			
Leide Maria Dias Mota Amaral				Filha de Zeca Mota e Ilda Mota, lideranças políticas históricas de Araguaína (TO) e aliados de Siqueira Campos, governador que lhe indicou ao cargo de conselheira.
Manoel Pires dos Santos				
Napoleão de Souza Luz Sobrinho			Foi secretário estadual.	
Severiano José Costandrade de Aguiar				
Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia				
Fernando Vita			Foi secretário municipal.	É filho do ex-prefeito de Dom Macedo Costa (BA), Edvaldo Oliveira Souza (PFL).
Francisco de Souza Andrade Netto				
José Alfredo Rocha Dias			Foi secretário estadual.	
Paolo Marconi				
Paulo Virgílio Maracajá Pereira			Foi vereador pelo ARENA e deputado estadual por PDS e PTB.	
Plínio Carneiro Filho				É filho de Plínio Carneiro da Silva, ex-conselheiro do TCM e ex-deputado – além de diretor da rádio Continental AM de Serrinha.
Raimundo José Almeida Moreira			Foi candidato a vereador pelo PDT duas vezes, mas não foi eleito.	

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará</i>				
<i>Artur Silva Filho</i>			Foi deputado estadual pelo PSDB, presidente de estatal cearense e secretário estadual.	
<i>Ernesto Saboia de Figueiredo Junior</i>			Foi secretário estadual.	
<i>Francisco de Paula Rocha Aguiar</i>	Acumulação indevida de salários (TJ-CE - Agravo de Instrumento N°0009276-33.2011.8.06.0000)		Foi deputado estadual por PMDB, PSDB e PPS.	Filho do deputado estadual Murilo Rocha Aguiar, que foi prefeito de Camocim. Pai do deputado estadual Sérgio Aguiar (PSB) e sogro da prefeita eleita de Camocim, Mônica Aguiar (PSB).
<i>Hélio Parente de Vasconcelos Filho</i>				
<i>José Marcelo Feitosa</i>			Foi deputado estadual.	Filho do ex-deputado estadual e ex-deputado federal Januário Feitosa.
<i>Manoel Beserra Veras</i>			Foi deputado estadual por PSDB e PPS, além de secretário estadual.	
<i>Pedro Ângelo Sales Figueiredo</i>				
<i>Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás</i>				
<i>Daniel Augusto Goulart</i>			Foi deputado estadual por PSDC e PSDB, vice-prefeito e secretário estadual.	
<i>Francisco José Ramos</i>				
<i>Honor Cruvinel de Oliveira</i>	Irregularidades na prestação de contas eleitorais (TRE-GO - Processo N° 9109.1998.609.0000)		Foi deputado estadual pelo PSDB, vereador e secretário estadual.	
<i>Maria Teresa Garrido Santos</i>				
<i>Nilo Sérgio de Resende Neto</i>			Foi deputado estadual pelo PFL/DEM.	Filho de Onício Resende, prefeito de Quirinópolis por duas vezes e suplente de deputado federal pelo PFL, e irmão do ex-deputado estadual e prefeito eleito de Quirinópolis por três vezes, Odair de Resende.

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Sebastião Monteiro Guimarães Filho</i>	Improbidade administrativa (TJ-GO Comarca de Formosa - Ação Civil Pública N° 201204433407 , TJ-GO Comarca de Formosa - Ação Civil Pública N° 200803654507 , TJ-GO Comarca de Formosa - Ação Civil Pública N° 200603225491)		Foi deputado estadual pelo PPB e secretário estadual, além de prefeito.	Pertence a uma família com tradição política em Formosa (GO). Seu pai foi presidente das extintas UDN e ARENA e do PDS. Seu primo, Hosanah Campos Guimarães, que era vice-governador da região, chegou a assumir o governo.
<i>Virmondes Borges Cruvinel</i>			Foi deputado federal pelo PMDB e secretário estadual.	
<i>Tribunal de Contas dos Municípios do Pará</i>				
<i>Aloísio Augusto Lopes Chaves</i>			Foi secretário estadual.	É filho do ex-governador, ex-senador e ex-deputado federal Aloysio Chaves, que foi também presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT) e reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA).
<i>Antônio José Costa de Freitas Guimarães</i>			Foi secretário estadual.	
<i>José Carlos Araújo</i>			Foi deputado estadual pelo PSDB.	É pai do vereador de Belém Thiago Araújo (PPS).
<i>Luis Daniel Lavareda Reis Junior</i>				
<i>Mara Lúcia Barbalho da Cruz</i>				É irmã de Jader Barbalho (PMDB), deputado e ex-governador do Pará.
<i>Sérgio Leão</i>	Corrupção passiva (STJ - Inquérito nº 465/2004)		Foi secretário estadual do governo Simão Jatene (PSDB), quem o nomeou conselheiro.	
<i>Sebastião Cezar Leão Colares</i>	Irregularidades na prestação de contas eleitorais (TRE-PA - Processo Nº 177149.2002.614.0000 ; decisão mantida em segunda instância: TSE - Agravo Nº 31605.2003.600.0000 ; negado agravo no STF: STF - Agravo Nº 476020/2003)		Foi deputado estadual pelo PSDB e prefeito.	
<i>Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro</i>				
<i>Antonio Carlos Flores de Moraes</i>			Foi secretário municipal.	

Conselheiro	Tipo de ocorrência	Condenação	Político	Parentesco
<i>Fernando Bueno Guimarães</i>				
<i>Ivan Moreira dos Santos</i>			Foi vereador pelo PFL.	
<i>Jair Lins Netto</i>				
<i>José De Moraes Correia Neto</i>			Foi vereador e secretário estadual.	
<i>Nestor Guimarães Martins da Rocha</i>			Foi vereador e secretário estadual.	
<i>Thiers Vianna Montebello</i>			Foi vereador pelo PMDB.	
<i>Tribunal de Contas do Município de São Paulo</i>				
<i>Domingos Dissei</i>			Foi vereador pelo PFL/DEM. Teve o mandato cassado na Câmara em 2009, mas conseguiu suspender a decisão judicial e voltar ao cargo.	
<i>Edson Simões</i>			Foi vereador pelo PMDB.	
<i>João Antonio</i>			Foi vereador e deputado estadual pelo PT e secretário municipal do governo de Fernando Haddad (PT), quem o indicou ao cargo.	
<i>Maurício Faria</i>			Foi vereador pelo PT.	
<i>Roberto Braguim</i>			Não, mas foi chefe de gabinete do ex-prefeito Celso Pitta (PPB), quem o indicou ao cargo.	